

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 1190/XIII/3ª

RECOMENDA MEDIDAS PARA A DESPOLUIÇÃO DO RIO TEJO E O ENCERRAMENTO DA CENTRAL NUCLEAR DE ALMARAZ

O rio Tejo apresenta vários problemas, nomeadamente a nível da quantidade e qualidade da água, e também das barreiras a que o caudal é sujeito, para além do risco que representa a central nuclear de Almaraz.

As populações que vivem ao longo do curso do rio vêm há muito alertando e denunciando a situação. Exemplo disso é a petição n.º 264/XIII que solicita a adoção de medidas com vista à defesa do rio Tejo e ao encerramento da central nuclear de Almaraz e que reuniu 4.665 assinaturas.

A quantidade de água no Tejo tem atingido mínimos históricos, fruto das alterações climáticas mas também da falta de instrumentos de gestão adequados ao presente período de fenómenos climáticos extremos. Recentemente, a 7 de dezembro, baixaram à Comissão da especialidade vários projetos de resolução que recomendam a revisão da Convenção de Albufeira, nomeadamente o projeto de resolução n.º 1154/XIII, apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Com efeito, uma das questões que é necessário corrigir na Convenção de Albufeira é a ausência de caudais mínimos diários e a existência apenas de caudais trimestrais e semanais. Esta situação foi aliás referida pelos peticionários na audição da petição acima referida. É necessária a instituição de caudais ecológicos diários que garantam a preservação do ecossistema e o uso do rio.

A qualidade da água do Tejo, como é do conhecimento público e como é muitas vezes visível a olho nu, é um problema para o país. A contaminação das águas reduz a sua disponibilidade, mas coloca também em risco o ecossistema e as atividades humanas, nomeadamente o abastecimento de água. A existência de indústrias e explorações pecuárias não pode ser sinónimo de poluição. É essencial a adoção de medidas para garantir o bom estado ecológico das águas do Tejo, a começar pela efetiva monitorização e fiscalização das atividades em causa, para a rápida identificação de focos de poluição e correspondente atuação das entidades competentes.

Está em causa a conectividade do rio Tejo, e como tal a sua navegabilidade e o seu fluxo ecológico, nomeadamente por barreiras físicas colocadas por empresas para aumentar a rentabilidade da sua atividade. Impõe-se uma fiscalização também a estas barreiras e a reposição da legalidade e da conectividade do rio Tejo.

A central de Almaraz, situada nas margens do rio Tejo no Estado Espanhol, é a central nuclear mais próxima de Portugal. Situa-se a apenas uma centena de quilómetros da fronteira. Os seus dois reatores entraram em funcionamento em 1981 e 1983, sendo dos mais envelhecidos do Estado Espanhol, o que levanta preocupações, agravadas pelos sucessivos incidentes registados.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresentou já diversas propostas para que o governo tenha uma atitude decidida junto do governo do país vizinho com vista ao encerramento desta central nuclear. A Assembleia da República aprovou por unanimidade a Resolução n.º 107/2016, recomendando ao Governo que intervenha junto do Governo espanhol no sentido de proceder ao encerramento da central nuclear de Almaraz. No entanto, não só a central continua em funcionamento como efetua procedimentos para a expansão da sua vida útil. Para proteger as populações e o rio Tejo é essencial o encerramento desta central nuclear.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, revendo-se nas preocupações expostas pelos referidos peticionários apresenta o presente projeto de resolução assumindo as suas propostas.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo:

1. A adoção de medidas para o cumprimento da Diretiva Quadro da Água, ou seja, a garantia de um bom estado ecológico das águas do Tejo;
2. O estabelecimento e quantificação de um regime de caudais ecológicos, diários, semanais e mensais, refletidos nos Planos da Bacia Hidrográfica do Tejo, nos dois países, e na Convenção de Albufeira;
3. A ação rigorosa e consequente da fiscalização ambiental contra a poluição, crescente e contínua, que cada vez mais devasta o rio Tejo e os seus afluentes;
4. A intervenção junto do governo do estado espanhol com vista ao encerramento da Central Nuclear de Almaraz, eliminando a contaminação radiológica do rio Tejo e o risco de acidente nuclear;
5. A realização de ações para restaurar o sistema fluvial natural e o seu ambiente, nomeadamente a reposição de conectividade fluvial.

Assembleia da República, 15 de dezembro de 2017.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,